

4022160 - 1887332

Custas: R\$  
Total  
46308,84



Enx 33224,57-PET 116548,70-810 18,95-RM 13,28-AC 0,16-PL 100494  
1651,22-PUNFER 11651,22-PUNARPEN 1326,96  
Registrado e digitalizado em 28/09/2016



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA  
ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE  
DISTRIBUIÇÃO, DA CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Entre

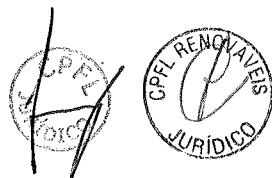
**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
*como Emissora*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário*

e

**CPFL ENERGIA S.A.**  
*como Fiadora*

**datado de 15 de setembro de 2016**



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.184, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 08.439.659/0001-50, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.300.335.81-3, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

**CPFL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjunto 142, sala 02, Vila Olímpia, CEP 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.429.144/0001-93, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.186.133, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Fiadora"); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com Emissora e com a Fiadora, "Partes");

vêm por esta firmar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CPFL Energias Renováveis S.A." (respectivamente, "Emissão", "Debêntures" e "Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – DAS AUTORIZAÇÕES**

1.1. A Emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis são realizadas, bem como a presente Escritura de Emissão é firmada, com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 15 de setembro de 2016 ("RCA Emissora"), nos termos do §1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do parágrafo único do artigo 7º do estatuto social da Emissora.

1.2. A outorga da garantia fidejussória pela Fiadora no âmbito da Emissão foi objeto de deliberação na Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 14 de setembro de 2016 ("RCA Fiadora"), nos termos da alínea "s" do artigo 17 do estatuto social da Fiadora.





## Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.1.2. A Oferta Restrita será registrada na ANBIMA exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §1º inciso I e §2º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” em vigor desde 1º de agosto de 2016 (“Código ANBIMA”). Entretanto, o registro aqui tratado está condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita pelo Coordenador Líder, de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do Código ANBIMA.

### 2.1.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da RCA Emissora e da Ata da RCA Fiadora

2.1.2.1. A ata da RCA Emissora de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e será publicada no: (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”); e (ii) no jornal “Valor Econômico”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A ata da RCA Fiadora de que trata a Cláusula 1.2 acima será arquivada na JUCESP e será publicada no: (i) DOESP; e (ii) no jornal “Valor Econômico”, em atendimento ao disposto no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.1.3. Registros da Escritura de Emissão

2.1.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura, devendo ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCESP, em até 20 (vinte) Dias Úteis após a data do efetivo registro.

2.1.3.2. Em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em decorrência da constituição da garantia fidejussória outorgada pela Fiadora, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados nos Registros de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura, devendo ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e seus eventuais



aditamentos, devidamente registrados, nos termos desta Cláusula 2.1.3.2, em até 20 (vinte) dias corridos após a data do efetivo registro.

#### **2.1.4. Distribuição e Negociação**

2.1.4.1. As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição pública no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”); e (ii) negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definido abaixo, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.4.3. São considerados Investidores Qualificados aqueles definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”), quais sejam (“Investidores Qualificados”): (i) Investidores Profissionais (conforme definidos abaixo); (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam Investidores Qualificados.

2.1.4.4. Nos termos do artigo 9º-C da Instrução CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

### **Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear, tais como, pequenas centrais hidrelétricas - PCHs, eólicas, termoeletricas de biomassa, energia fotovoltaica, com a consequente prestação de serviço público de geração de energia elétrica; (ii) a exploração de atividades de projeto, engenharia, licenciamento, financiamento, aquisição, operação e manutenção de ativos de geração e potenciais de geração de energia, desde que relacionados a empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear, nos termos do item (i) acima; (iii) a comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Emissora, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou



C

consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; (iv) o investimento no capital de outras sociedades (de forma individual ou sob a forma de consórcio de empreendimentos) na área de geração de energia elétrica, sem a utilização de combustível fóssil ou nuclear, nos termos do item (i) acima, ou de serviços a esta relacionados; (v) a prestação dos serviços e a intermediação de negócios associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Emissora; e (vi) o exercício de outras atividades, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, vinculadas ao seu objeto social.

### 3.2. Número de Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo as Debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas “Debêntures da Primeira Série” e as Debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas “Debêntures da Segunda Série”.

### 3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo (“Valor Total da Emissão”), sendo: (i) R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Primeira Série; e (ii) R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Segunda Série.

### 3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 40 (quarenta) Debêntures, sendo: (i) 20 (vinte) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 20 (vinte) Debêntures da Segunda Série.

### 3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão das Debêntures serão destinados ao capital de giro e outras atividades usuais da Emissora.

### 3.6. Número da Emissão

3.6.1. Esta Emissão representa a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.7. Banco Liquidante e Escriturador

3.7.1. O banco liquidante será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”), e a instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, na qualidade de prestador de serviços de instituição depositária (“Escriturador”), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures.





### 3.8. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Distribuição e Negociação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de distribuição para a totalidade das Debêntures, com intermediação de instituição financeira intermediária da Emissão integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, nos termos da Cláusula 4.1.3 abaixo, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM 539 ("Investidores Profissionais").

4.1.3.1. Conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM 539, são Investidores Profissionais: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de Investidor Profissional mediante termo próprio, elaborado de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

4.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

4.1.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão



reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.1.8. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

#### **4.2. Data de Emissão das Debêntures**

4.2.1. Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da Primeira Série será 28 de setembro de 2016 ("Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série").

4.2.2. Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da Segunda Série será a primeira Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Segunda Série ("Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série, "Datas de Emissão"), observado o disposto na Cláusula 4.11 abaixo.

#### **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, nas respectivas Datas de Emissão, será de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ("Valor Nominal Unitário").

#### **4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures**

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

#### **4.5. Espécie**

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória conforme disposto na Cláusula 4.21 abaixo.

#### **4.6. Prazo, Preço e Forma de Subscrição e Integralização**

4.6.1. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, dentro do prazo de distribuição, de acordo com o disposto nos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476.



4.6.2. As Debêntures de cada série serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescidos da Remuneração desde a respectiva primeira Data de Subscrição e Integralização, conforme definida abaixo, das Debêntures de cada série.

4.6.2.1. As Debêntures de cada série serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP ("Data de Subscrição e Integralização").

#### 4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. Prazo de Vigência e Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série, vencendo-se, portanto, em 28 de setembro de 2021 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas nesta Escritura de Emissão.

4.7.2. Prazo de Vigência e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, "Datas de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas nesta Escritura de Emissão.

#### 4.8. Amortização

4.8.1. Amortização das Debêntures da Primeira Série. A amortização será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, nas datas e percentuais assim definidos, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série:

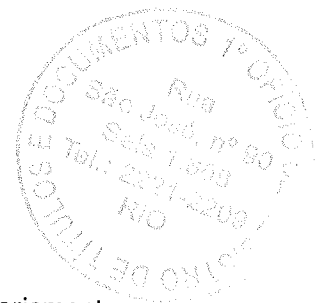
Data	Percentual sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série
28 de setembro de 2019	20,0000%
28 de setembro de 2020	30,0000%
Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série	saldo do Valor Nominal Unitário

4.8.2. Amortização das Debêntures da Segunda Série. A amortização será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, nas datas e percentuais assim definidos, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série:

Data	Percentual sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série
36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série	20,0000%
48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série	30,0000%
Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série	saldo do Valor Nominal Unitário







#### 4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente.

4.9.2. A remuneração das Debêntures de cada série contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva primeira Data de Subscrição e Integralização, correspondentes à variação acumulada de 126,00% (cento e vinte e seis por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração").

4.9.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

onde:

k número de ordem de TDI<sub>k</sub>, variando de 1 (um) até nDI;

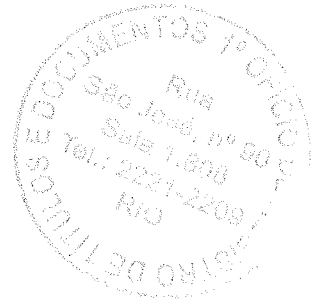
nDI número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

S 126,00; e

TDI<sub>k</sub> fator da Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$





onde:

$DI_k$  Taxa DI over, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

**Observações:**

- O fator resultante da expressão  $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100}\right)\right]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100}\right)\right]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “FatorDI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.9.4. O período de capitalização da Remuneração (“Período de Capitalização”) de cada série é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na respectiva primeira Data de Subscrição e Integralização e termina na primeira data de pagamento da Remuneração de cada série, conforme estabelecido na Cláusula 4.9.7 abaixo, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma data de pagamento da Remuneração e termina na data de pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a respectiva Data de Vencimento de cada série.

4.9.5. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.5.1. Na ausência da apuração, divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado judicial ou legalmente para tanto, conforme o caso. No caso de não haver o substituto judicial ou legal da Taxa DI, será convocada pelo Agente Fiduciário assembleia geral de debenturistas comum a ambas as séries (“Assembleia Geral de Debenturistas”), no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido de comum acordo em referida Assembleia Geral de Debenturistas, que não poderá ser posterior a Data de Vencimento das Debêntures, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração de cada série devida até a



data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da respectiva primeira Data de Subscrição e Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme estabelecido na Cláusula 4.9.7 abaixo, o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos desta Cláusula serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.5.2. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.6. Caso a Taxa DI volte a ser apurada, divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 4.9.5.1 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

#### 4.9.7. Pagamento da Remuneração

4.9.7.1. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série, sendo o primeiro pagamento em 28 de março de 2017 e os restantes no dia 28 dos meses de março e setembro subsequentes, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado, a amortização antecipada ou o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, conforme previstos nesta Escritura de Emissão, se for o caso).

4.9.7.2. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado, a amortização antecipada ou o vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme previstos nesta Escritura de Emissão, se for o caso).

4.9.7.3. Farão jus aos pagamentos devidos aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento, conforme previsto nesta Escritura de Emissão.

#### 4.10. Repactuação

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.11.1. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento, conforme modelo constante do Anexo I à presente Escritura de Emissão, para ratificar a Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série e das outras disposições aplicáveis, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou aprovação da Emissora, o qual será realizado anteriormente a data da respectiva primeira Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Segunda Série.





4.11.2. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP, nos termos da Cláusula 2.1.3 acima.

#### **4.12. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Antecipada Facultativa**

4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, realizar: (i) a amortização antecipada facultativa, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), conforme for o caso.

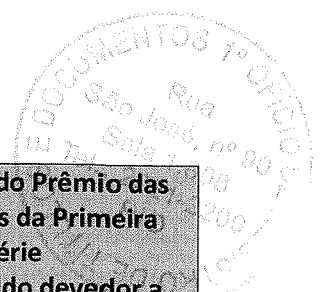
4.12.2. A Amortização Antecipada Facultativa e o Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ocorrer por meio de comunicado individual aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário e à CETIP ou publicação de anúncio aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.18.1 abaixo, a critério da Emissora, em ambos os casos com no mínimo 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência da data do evento, o qual deverá descrever os termos e condições da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, incluindo: (i) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que serão amortizadas, na hipótese de Amortização Antecipada Facultativa; (ii) o valor do Prêmio, conforme definido abaixo; (iii) a data efetiva para a amortização ou o resgate e pagamento das Debêntures a serem amortizadas ou resgatadas; e (iv) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização da amortização ou do resgate das Debêntures.

4.12.3. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador.

#### **4.12.4. Valor da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total**

4.12.4.1. Valor da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série. O valor da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a respectiva primeira Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio *flat*, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente aos percentuais abaixo ("Prêmio das Debêntures da Primeira Série"):





<b>Período</b> <b>(a partir da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série)</b>	<b>Percentual do Prêmio das Debêntures da Primeira Série</b> <b>(sobre o saldo devedor a ser resgatado ou amortizado)</b>
da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série, inclusive, a 28 de outubro de 2016, inclusive	1,15%
de 29 de outubro de 2016, inclusive, a 28 de março de 2017, inclusive	1,10%
de 29 de março de 2017, inclusive, a 28 de setembro de 2017, inclusive	1,05%
de 29 de setembro de 2017, inclusive, a 28 de março de 2018, inclusive	1,00%
de 29 de março de 2018, inclusive, a 28 de setembro de 2018, inclusive	0,95%
de 29 de setembro de 2018, inclusive, a 28 de março de 2019, inclusive	0,90%
de 29 de março de 2019, inclusive, a 28 de setembro de 2019, inclusive	0,85%
de 29 de setembro de 2019, inclusive, a 28 de março de 2020, inclusive	0,70%
de 29 de março de 2020, inclusive, a 28 de setembro de 2020, inclusive	0,55%
de 29 de setembro de 2020, inclusive, a 28 de março de 2021, inclusive	0,40%
de 29 de março de 2021, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, exclusive	0,25%

4.12.4.2. Valor da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série. O valor da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a respectiva primeira Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio *flat*, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso ("Prêmio das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com o Prêmio das Debêntures da Primeira Série, "Prêmios").

4.12.5. O pagamento da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, incluindo os valores relativos aos respectivos Prêmios, deverá ser realizado na data indicada no comunicado referido na Cláusula 4.12.2 acima, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.12.6. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, as Debêntures objeto de resgate deverão ser canceladas.

4.12.7. Não será devido qualquer prêmio ou remuneração adicional, além dos respectivos Prêmios de cada série previstos nesta Escritura de Emissão em caso de Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total.



#### 4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.13.2 a 4.13.5 abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a respectiva primeira Data de Subscrição e Integralização, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, a partir de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data devida;
- (b) descumprimento pela Emissora e/ou Fiadora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Emissora e/ou Fiadora, conforme aplicável, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (c) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora que não tenha sido prévia e expressamente autorizado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, exceto na hipótese: (i) de a Emissora, após a conclusão da referida operação, ser controlada pela Camargo Corrêa S.A. ou pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ ou, ainda, caso quaisquer empresas direta ou indiretamente controladoras, controladas ou sob controle comum da State Grid International Development Limited ou qualquer uma outra entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China, passem a fazer parte individual ou coletivamente do bloco de controle Emissora e/ou da Fiadora; (ii) de eventuais incorporações, pela Emissora, de suas empresas controladas;
- (d) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou suas controladas diretas e/ou indiretas e/ou Fiadora, em valor individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da notificação do referido protesto, seja validamente comprovado ao Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou suas controladas diretas e/ou indiretas e/ou Fiadora, que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) os efeitos do protesto foram suspensos por decisão judicial;
- (e) inadimplemento e/ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas diretas e/ou indiretas, a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, com os Debenturistas ou com terceiros (*cross default*), não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data devida;
- (f) inadimplemento e/ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Fiadora, a que esteja sujeita, no mercado local ou internacional, com os Debenturistas ou com terceiros, em valor individual ou agregado superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) (*cross default*), não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data devida;





- (g) provarem-se falsas, incorretas ou enganosas quaisquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou Fiadora;
- (h) cessação pela Emissora ou pela Fiadora de suas atividades empresariais ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- (i) caso a presente Escritura de Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais venham a ser revogadas, rescindidas, se tornarem nulas ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor ou deixarem de ser exequíveis;
- (j) alteração do atual controle da Emissora e/ou da Fiadora, exceto na hipótese de a Emissora e/ou a Fiadora, ser, após a conclusão da referida operação, controlada pela Camargo Corrêa S.A. ou pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ ou, ainda, caso quaisquer empresas direta ou indiretamente controladoras, controladas ou sob controle comum da State Grid International Development Limited ou qualquer uma outra entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China, passem a fazer parte individual ou coletivamente do bloco de controle Emissora e/ou da Fiadora, desde que não tenha sido prévia e expressamente autorizado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) ocorrência de: (i) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora; (ii) pedido de autofalência da Emissora, por qualquer de suas controladas diretas e/ou indiretas, e/ou da Fiadora; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, suas controladas diretas e/ou indiretas, e/ou da Fiadora e não devidamente elidido pela Emissora, suas controladas diretas e/ou indiretas, e/ou pela Fiadora no prazo legal; (iv) propositura pela Emissora, por qualquer de suas controladas diretas e/ou indiretas, e/ou pela Fiadora a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) requerimento pela Emissora, por qualquer de suas controladas diretas e/ou indiretas, e/ou pela Fiadora de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (l) realização de redução de capital social da Emissora ou da Fiadora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio, amortização de ações e/ou quaisquer outras formas de bonificações em dinheiro/remunerações aos acionistas da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão;
- (n) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado pela Emissora em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de





reais) e/ou pela Fiadora em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais);

- (p) perda, não renovação ou cassação, por qualquer motivo, das concessões, permissões e/ou autorizações e/ou venda de uma ou mais subsidiárias da Emissora que represente(m) mais de 10% (dez por cento) da receita líquida anual consolidada da Emissora no ano do respectivo evento, salvo se previamente autorizado pelos Debenturistas;
- (q) cessão sob qualquer forma a terceiros de dividendos das controladas diretas e indiretas da Emissora, exceto para: (i) a financiamentos de projetos; (ii) dívidas e/ou captações lastreadas ou que utilizem como garantias os ativos da Ludesa Energética S.A.; (iii) dívidas pré-existentes; e/ou (iv) salvo se previamente autorizado pelos Debenturistas;
- (r) uso dos recursos em desacordo com a destinação dos recursos prevista na Cláusula 3.5 acima; e
- (s) não observância pela Emissora do seguinte índice financeiro, que será calculado anualmente pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora referentes a um período de 12 (doze) últimos meses, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, sendo que a primeira apuração do Índice Financeiro, conforme definido abaixo, será realizada com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 ("Índice Financeiro"):

**Dívida Líquida/EBITDA** (i) inferior ou igual a 5,4x (cinco vírgula quatro vezes) para o ano de 2016; (ii) inferior ou igual a 4,6x (quatro vírgula seis vezes) para o ano de 2017; e (iii) inferior ou igual a 4,00x (quatro vezes) a partir de 2018.

Sendo que, para fins desta Escritura de Emissão, são utilizados os seguintes significados:

**"Dívida Líquida"**: a soma dos valores relativos a: (1) empréstimos e financiamentos; (2) saldo líquido das operações de *swaps*, futuros e opções relacionadas a taxas de juros e de câmbio; e (3) dívidas resultantes de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures, notas promissórias comerciais e/ou *bonds* ou notes da Emissora no Brasil ou no Exterior, menos as disponibilidades em caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras, inclusive vinculadas classificadas no curto e longo prazo com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

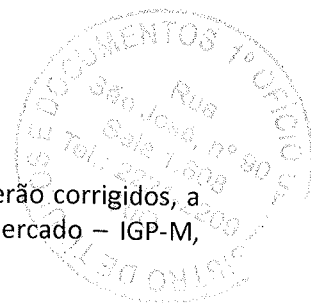
**"EBITDA"**: lucro consolidado da Emissora antes de deduzidos os juros, tributos, amortização e depreciação, outras despesas e receitas não operacionais; e

Em caso de aquisição(ões) será(ão) considerado(s) para fins de cálculo do EBITDA consolidado da Emissora, de acordo com a definição do item (I) acima, o(s) EBITDA(s) gerado(s) nos últimos 12 (doze) meses pela(s) empresa(s) adquirida(s).

4.13.2. As referências a "controle" encontradas nesta Cláusula 4.13 deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.







4.13.3. Os valores mencionados nos itens (d), (e), (f) e (o) da Cláusula 4.13.1 acima serão corrigidos, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

4.13.4. Para os fins desta Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas: (i) ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos itens (a), (c), (e), (f), (k), (n), (o) e/ou (r) da Cláusula 4.13.1 acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data do fato, devendo o Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis contados da ciência destes eventos, notificar a Emissora e a Fiadora nos termos da Cláusula Nona abaixo; e (ii) ocorrendo os eventos previstos nos itens (b), (d), (g), (h), (i), (j), (l), (m), (p), (q) e/ou (s) da Cláusula 4.13.1 acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.5. Na ocorrência dos eventos previstos nos itens (b), (d), (g), (h), (i), (j), (l), (m), (p), (q) e/ou (s) da Cláusula 4.13.1 acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação o edital deverá ser publicado no primeiro Dia Útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da primeira convocação.

4.13.6. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.13.5 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, desde que por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.7. A não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.13.5 acima por falta de *quorum* será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.8. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração de cada série calculada *pro rata temporis* desde a respectiva primeira Data de Subscrição e Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração até a Data de Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.14 abaixo.

4.13.8.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a Cláusula 4.13.8 acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.



#### 4.14. Multa e Juros Moratórios

4.14.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

#### 4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.15.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.14 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

#### 4.16. Forma e Local de Pagamento

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Escriurador ou na sede da Emissora, se for o caso.

#### 4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com data que não seja Dia Útil (conforme abaixo definido).

4.17.2. Define-se “Dia Útil” como sendo qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

#### 4.18. Publicidade

4.18.1. Todas as publicações que tiverem relação com a Emissão ou envolvam interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no: (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) no jornal “Valor Econômico”, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (<http://www.cpflrenovaveis.com.br>), sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.





#### 4.19. Aquisição Facultativa

4.19.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

#### 4.20. Oferta de Resgate Antecipado

4.20.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

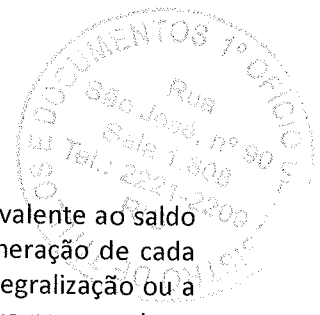
(a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicado individual aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário ou publicação de anúncio aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.18.1 acima, a critério da Emissora ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas no item (d) abaixo; (ii) o valor do prêmio de resgate, que não poderá ser negativo, caso exista; (iii) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (iv) a forma de manifestação à Emissora dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;

(b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, após o qual a Emissora terá o prazo de 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data;

(c) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;

(d) caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, deverá ser realizado procedimento de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no artigo 55, parágrafo 2º, inciso 1º da Lei das Sociedades por Ações, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e





(e) o valor a ser pago aos Debenturistas em razão do resgate antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido: (a) da Remuneração de cada série, calculada *pro rata temporis* desde a respectiva primeira Data de Subscrição e Integralização ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.

4.20.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado deverá ocorrer segundo os procedimentos operacionais da CETIP.

#### **4.21. Garantia Fidejussória**

4.21.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias, assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, a Fiadora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme os termos e condições abaixo ("Fiança").

4.21.2. A Fiadora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").

4.21.3. O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidos pela Fiadora, o qual inclui: (i) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e, se aplicável, dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.14 acima, calculados nos termos desta Escritura de Emissão; e (ii) quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios arbitrados judicialmente, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais e medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário ("Obrigações Garantidas").

4.21.4. A Fiadora obriga-se a pagar qualquer valor devido pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, as Obrigações Garantidas, nas respectivas datas de pagamento e/ou imediatamente após a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de comunicação, notificação ou outra formalidade pelo Agente Fiduciário.

4.21.5. Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.21.6. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

4.21.6. Fica facultado à Fiadora efetuar pagamento de obrigação pecuniária, principal ou acessória, inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura de Emissão, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Fiadora.





4.21.7. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 130, inciso I, e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.21.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, ressalvado o direito da Fiadora em depositar em juízo ou em uma conta *escrow*, em benefício dos Debenturistas, o valor das Obrigações Garantidas, no caso de pendência de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações.

4.21.9. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.21, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora se obriga a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente as Obrigações Garantidas.

4.21.10. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.21.11. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Fiadora.

#### **Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA**

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário, caso não se encontre disponível na página da CVM na rede mundial de computadores:

(i) no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação: (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (b) relatório elaborado pela Emissora com memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final do Índice Financeiro, atestando a sua veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, ressalvado que o Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(ii) no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo

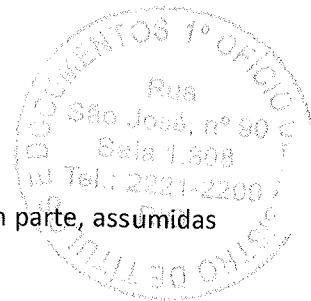




trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor;

- (iii) no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário ou, ainda, de interesse dos Debenturistas;
  - (iv) confirmar, quando solicitado, ao Agente Fiduciário, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão; e
  - (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora, que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro Dia Útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados.
- (b) manter sempre atualizado, às suas expensas, o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 e 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (d) atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis, sobre a ocorrência de qualquer evento previsto na Cláusula 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos seus negócios, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam sua real condição financeira;
- (j) comunicar, em até 3 (três) Dias Úteis, ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de





efetuar o pontual cumprimento das obrigações, principais e acessórias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;

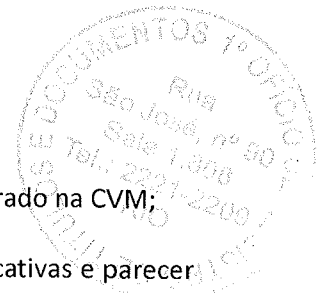
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- (l) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP21;
- (n) efetuar o pagamento em dia de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei e que sejam de responsabilidade da Emissora, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo) no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no âmbito desta Emissão;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos seus negócios;
- (q) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (r) cumprir com as leis e regras aplicáveis, principalmente no que diz respeito às leis trabalhistas e ambientais, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no âmbito desta Emissão;
- (s) manter toda a estrutura de contratos e/ou acordos relevantes da Emissora, os quais dão à Emissora condição fundamental de funcionamento;
- (t) obter e manter todas as aprovações societárias, governamentais e regulamentares necessárias para a Emissão;
- (u) não alienar, ceder, transferir ou vender os ativos da Emissora que represente(m) mais de 10% (dez por cento) da receita líquida anual consolidada da Emissora no ano do respectivo evento;



- (v) cumprir todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções anticorrupção que podem se aplicar à Emissora ("Leis Anticorrupção"), em qualquer jurisdição em que atue, devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas; (ii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, no interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (iii) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole as aludidas normas, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, em um prazo de até 5 (cinco) dias corridos, sem prejuízo da Emissora responder por perdas e danos causados aos Debenturistas inocentes, após decisão judicial transitada em julgado; e (iv) realizar eventuais pagamentos relacionados à esta Escritura de Emissão exclusivamente por meio de transferência bancária;
- (w) não utilizar, de forma direta ou indireta, os recursos disponibilizados em razão da Emissão para a prática de atos previstos nas Leis Anticorrupção;
- (x) não praticar qualquer ato que gere: (i) qualquer efeito adverso relevante na situação financeira, nos negócios, nos bens ou nos resultados operacionais da Emissora, qualquer de suas controladas direta e/ou indiretamente e/ou da Fiadora e/ou; ou (ii) qualquer efeito adverso relevante na capacidade da Emissora, qualquer de suas controladas direta e/ou indiretamente e/ou da Fiadora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ("Efeito Adverso Relevante");
- (y) prestar informações aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da respectiva solicitação, sobre qualquer autuação realizada por autoridades governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras;
- (z) notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (aa) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;
- (bb) notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, incompletas ou incorretas;
- (cc) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e
- (dd) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;







- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

5.2. As despesas a que se refere o item (o) da Cláusula 5.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 15 (quinze) dias corridos;
- (c) fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas cartorárias;
- (d) custos incorridos comprovadamente em contatos telefônicos relacionados à emissão;
- (e) despesas de viagem, alimentação, estadias e transportes, desde que devidamente comprovadas e quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
- (f) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (g) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota



fiscal e os respectivos comprovantes das despesas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais em ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a Remuneração do Agente Fiduciário, conforme definido abaixo, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

5.3. A Fiadora está adicionalmente obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário, caso não se encontre disponível na página da CVM na rede mundial de computadores:

(i) no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;

(ii) no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário ou, ainda, de interesse dos Debenturistas;

(iii) confirmar, quando solicitado, ao Agente Fiduciário, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão; e

(iv) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Fiadora, que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro Dia Útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados.

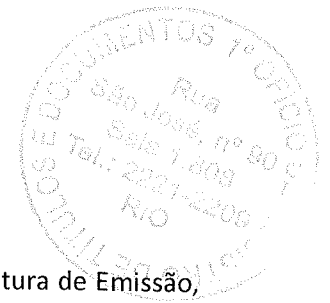
(b) manter sempre atualizado, às suas expensas, o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 e 289 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) cumprir com as leis e regras aplicáveis, principalmente no que diz respeito às leis trabalhistas e ambientais;

(d) obter e manter todas as aprovações societárias, governamentais e regulamentares necessárias para a Emissão;

(e) efetuar o pagamento em dia de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei e que sejam de responsabilidade da Fiadora, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante no cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações previstas no âmbito desta Emissão;





(f) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;

(g) cumprir todas as Leis Anticorrupção, em qualquer jurisdição em que atue, devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas; (ii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, no interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (iii) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole as aludidas normas, a Fiadora deverá notificar o Agente Fiduciário, em um prazo de até 5 (cinco) dias corridos, sem prejuízo da Fiadora responder por perdas e danos causados aos Debenturistas inocentes, após decisão judicial transitada em julgado; e (iv) realizar eventuais pagamentos relacionados à esta Escritura de Emissão exclusivamente por meio de transferência bancária; e

(h) não praticar qualquer ato que gere: (i) qualquer Efeito Adverso Relevante na situação financeira, nos negócios, nos bens ou nos resultados operacionais da Emissora, qualquer de suas controladas direta e/ou indiretamente e/ou da Fiadora; ou (ii) qualquer Efeito Adverso Relevante na capacidade da Emissora, qualquer de suas controladas direta e/ou indiretamente e/ou da Fiadora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.

#### **Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

(a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

(b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;

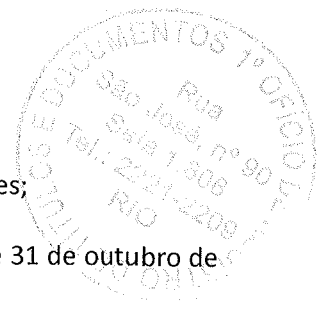
(c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;

(f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;





- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (k) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (l) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 5ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da CPFL Geração de Energia S.A. ("5ª Emissão da CPFL Geração"), com vencimento em 01 de junho de 2018, em que foram emitidas 10.920 (dez mil novecentas e vinte) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$1.092.000.000,00 (um bilhão e noventa e dois milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 5ª Emissão da CPFL Geração são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia S.A., conforme previsto na escritura de emissão; (iii) 6ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da CPFL Geração de Energia S.A. ("6ª Emissão da CPFL Geração"), com vencimento em 21 de agosto de 2020, em que foram emitidas 46.000 (quarenta e seis mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da CPFL Geração são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia S.A., conforme previsto na escritura de emissão; (iv) 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da CPFL Geração de Energia S.A. ("7ª Emissão da CPFL Geração"), com vencimento em 25 de abril de 2019, em que foram emitidas 63.500 (sessenta e três mil e quinhentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$635.000.000,00 (seiscentos e trinta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 7ª Emissão da CPFL Geração são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia S.A., conforme previsão na escritura de emissão; (v) 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em lote único e indivisível, em série única, para distribuição pública, da CPFL Geração de Energia S.A. ("8ª Emissão da CPFL Geração"), com vencimento em 25 de abril de 2019, em que foi emitida 1 (uma) debênture, na data de emissão, no valor de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, a debênture da 8ª Emissão da CPFL Geração é garantida por garantia fidejussória da CPFL Energia S.A., conforme previsão na escritura de emissão; (vi) 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em



ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da PCH Holding S.A. ("PCH Holding"), com vencimento em 20 de junho de 2023, em que foram emitidas 1.581 (uma mil, quinhentas e oitenta e uma) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$158.192.994,42 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da PCH Holding são garantidas por garantia fidejussória da Emissora, conforme previsto na escritura de emissão; (vii) 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("3ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 25 de maio de 2020, em que foram emitidas 29.600 (vinte e nove mil e seiscentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$296.000.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; (viii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Dobrevê Energia S.A. ("1ª Emissão da Dobrevê"), com vencimento em 1º de maio de 2017, em que foram emitidas 20 (vinte) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Dobrevê não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; e (ix) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Dobrevê Energia S.A. ("2ª Emissão da Dobrevê"), com vencimento em 1º de abril de 2019, em que foram emitidas 65 (sessenta e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Dobrevê não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o montante de R\$5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) ("Remuneração do Agente Fiduciário").

6.4.1. A Remuneração do Agente Fiduciário será paga anualmente, sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.1.1. A parcela citada no item acima, será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento,



com exceção do CSLL (Contribuição sobre o Lucro Líquido) e do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).

6.4.2. As parcelas citadas na Cláusula 6.4 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

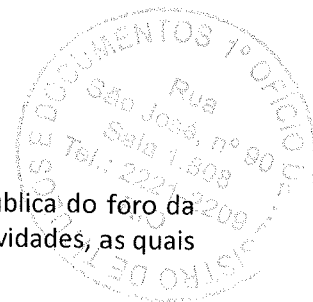
6.4.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão.

6.4.5. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP ou nos cartórios de Registros de Títulos e Documentos competentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de





Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerçam suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora ou, conforme o caso, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios anuais destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (ix) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
    - (a) denominação da companhia ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento das debêntures; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e



- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso acima aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
  - (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) na CETIP; e
  - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, em conjunto com a Emissora e às expensas da mesma, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item acima;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados da Cláusula 4.18 acima, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) realizar, em conjunto com a Emissora, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, quando solicitado pelos Debenturistas;
- (s) acompanhar com o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
- (t) acompanhar a manutenção do Índice Financeiro, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento do referido Índice Financeiro.





6.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.7. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

6.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.10. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento do Índice Financeiro.

6.11. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.11.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 4.13 acima, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (a) a (c) da Cláusula 6.11 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (d), será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

6.12. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.12.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.12.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.12.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

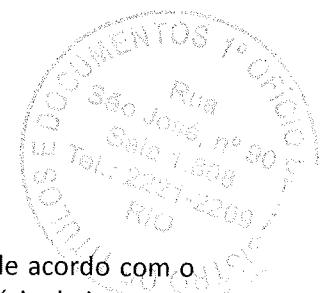
6.12.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.12.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 4.12 acima.

6.12.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.18 acima.

6.12.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.





### Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas de cada série poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme definido abaixo, observado o quorum disposto na Cláusula 4.13.6 acima.
- 7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas de cada série instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação de cada série e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que em caso de Assembleia Geral de Debenturistas comum a ambas as séries, para fins de cálculo de *quorum* de instalação será considerada, em primeira convocação, a metade, no mínimo, da totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença, e, em segunda convocação, qualquer quantidade de Debenturistas, independentemente da série a que pertença.
- 7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.
- 7.6. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação": todas as Debêntures em Circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.
- 7.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 7.8. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 7.9. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro *quorum* específico.
- 7.10. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) as datas de pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures;



(iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) modificação dos quoruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (vi) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta acima; e/ou (vii) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima.

7.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.12. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

#### **Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA FIADORA**

8.1. A Emissora neste ato declara que:

(a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM de acordo com as leis brasileiras;

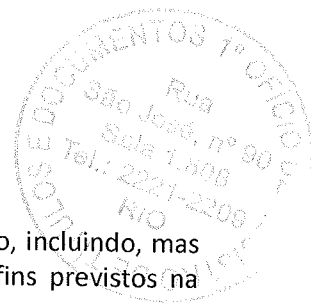
(b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam: (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (aa) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (bb) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (cc) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(e) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, bem como as informações trimestrais objeto de revisão limitada, referentes ao período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2016, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;





- (f) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.5 acima;
- (g) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (h) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (i) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (m) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para realização da Emissão e da Oferta Restrita;
- (n) as informações constantes do formulário de referência elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na internet ("Formulário de Referência") são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Profissionais uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (o) o Formulário de Referência: (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores Profissionais, da Emissora e suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;
- (p) não há outros fatos relevantes em relação à Emissora, às controladas da Emissora, às coligadas da Emissora ou às Debêntures não divulgados no Formulário de Referência cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência seja falsa, inconsistente, incorreta e/ou insuficiente;



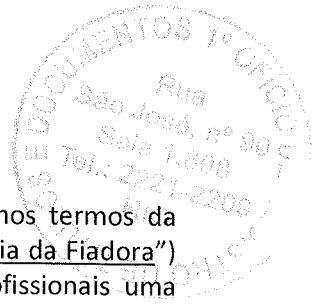


- (q) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Formulário de Referência exclusivamente em relação à Emissora, às controladas da Emissora e/ou às coligadas da Emissora foram ou serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta Restrita e com base em suposições razoáveis;
- (r) o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM;
- (s) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (t) está, assim como suas controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual, distrital e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante na Emissora;
- (u) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades; e
- (v) conhece e cumpre todas as Leis Anticorrupção, em qualquer jurisdição em que atue, de maneira que: (i) mantém políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas; e (ii) não praticou atos de corrupção e não agiu de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, no interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não.

8.2. A Fiadora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à prestação da Fiança e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a Fiança ora prestada constitui nesta data uma obrigação legal, válida e vinculante da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam: (i) qualquer contrato ou documento no qual a Fiadora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (aa) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (bb) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades;





- (e) as informações constantes do formulário de referência elaborado pela Fiadora nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na internet ("Formulário de Referência da Fiadora") são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Profissionais uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (f) o Formulário de Referência da Fiadora: (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores Profissionais, da Fiadora e suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Fiadora e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;
- (g) não há outros fatos relevantes em relação à Fiadora, às controladas da Fiadora ou às coligadas da Fiadora não divulgados no Formulário de Referência da Fiadora cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência da Fiadora seja falsa, inconsistente, incorreta e/ou insuficiente;
- (h) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Formulário de Referência da Fiadora exclusivamente em relação à Fiadora, às controladas da Fiadora e/ou às coligadas da Fiadora foram ou serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta Restrita e com base em suposições razoáveis;
- (i) as Demonstrações Financeiras da Fiadora, datadas de 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, bem como as informações trimestrais objeto de revisão limitada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, representam corretamente a posição financeira da Fiadora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Fiadora de forma consolidada;
- (j) está em dia, assim como suas controladas, com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual, distrital e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante na Fiadora;
- (k) o registro de companhia aberta da Fiadora está atualizado perante a CVM; e
- (l) conhece e cumpre todas as Leis Anticorrupção, em qualquer jurisdição em que atue, de maneira que: (i) mantém políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas; e (ii) não praticou atos de corrupção e não agiu de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, no interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não.



## Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

### Para a Emissora:

#### **CPFL Energias Renováveis S.A.**

Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar

São Paulo/SP, CEP: 04548-004

At.: Sr. Gustavo Sousa / Departamento Jurídico

Telefone: (11) 3157-9300

Fac-símile: (11) 3157-9464

Correio Eletrônico: gustavo.sousa@cpflrenovaveis.com.br / juridico@cpflrenovaveis.com.br

### Para a Fiadora:

#### **CPFL Energia S.A.**

Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1.755, Km 2,5, parte - Jardim Santana  
Campinas, SP, CEP: 13088-900

At.: Sr. Tiago da Costa Parreira

Telefone: (19) 3756-8019

Fac-símile: (19) 3756-8839

Correio Eletrônico: tiagoparreira@cpfl.com.br

### Para o Agente Fiduciário:

#### **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22640-102

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

### Para o Banco Liquidante:

#### **Itaú Unibanco S.A.**

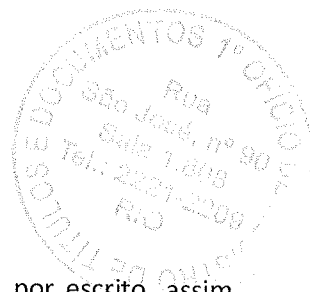
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP

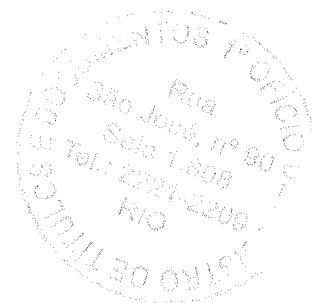
At.: Sr. Simey R. Brandão

Telefone: (11) 3072-6169

Correio Eletrônico: simey.brandao@itau-unibanco.com.br







**Para o Escriturador:**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sr. Simey R. Brandão  
Telefone: (11) 3072-6169  
Correio Eletrônico: simey.brandao@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP**

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Al. Xingú, nº 350, 1º andar, Alphaville  
Barueri/SP, CEP: 06455-030  
At.: Superintendência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1559  
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento de “aviso de entrega e leitura”. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

**Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora e/ou da Fiadora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.7. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

10.8. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA e/ou demais reguladores; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

#### **Cláusula Onze – DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

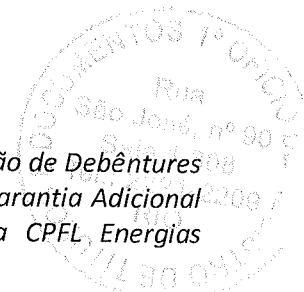
E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 15 de setembro de 2016.

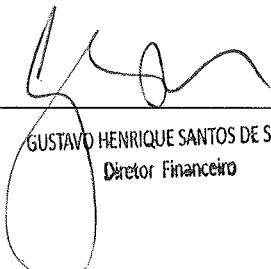
*(O restante da página foi deixado intencionalmente em branco. Seguem as páginas de assinatura.)*

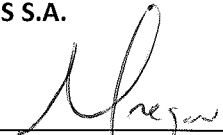


(Página de Assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CPFL Energias Renováveis S.A.)



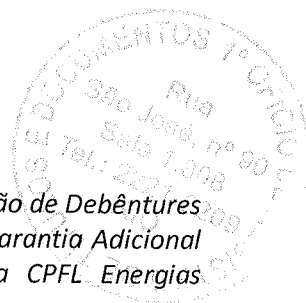
**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

  
Nome: GUSTAVO HENRIQUE SANTOS DE SOUSA  
Cargo: Diretor Financeiro

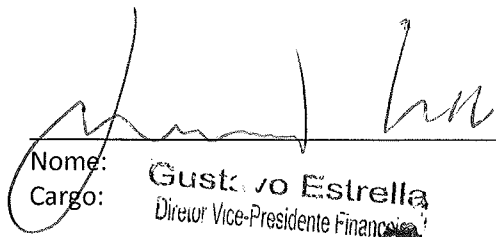
  
Nome: Alessandro Gregori Filho  
Cargo: Diretor Novos Negócios

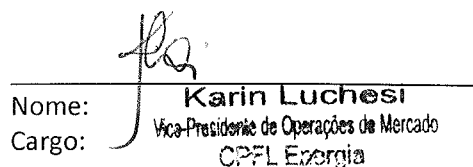


(Página de Assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CPFL Energias Renováveis S.A.)



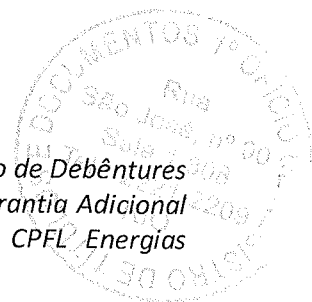
CPFL ENERGIA S.A.

  
Nome: Gustavo Estrella  
Cargo: Diretor Vice-Presidente Financeiro


  
Nome: Karin Luchesi  
Cargo: Vice-Presidente de Operações de Mercado  
CPFL Energia



*(Página de Assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CPFL Energias Renováveis S.A.)*



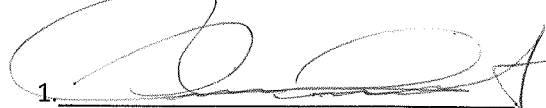
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Gabriela F. Pacheco  
Cargo: Procuradora  
RG: 45.008.309-3



(Página de Assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CPFL Energias Renováveis S.A.)

TESTEMUNHAS

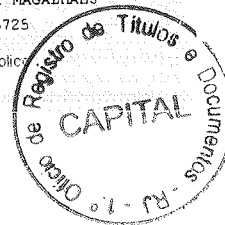
1. 

Nome: **Rafael Ferrelra Fumelli Monti**  
CPF/MF: **RG: 43.724.548-2 (SSP/SP)**  
RG: **CPF: 326.803.158-71**

2. 

Nome: **Graciele Silva Lima Vasques**  
CPF/MF: **RG: 34.841.761-5 SSP/SP**  
RG: **CPF: 218.417.508-08**

10. OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - RIO DE JANEIRO 055991  
Rua São José, 90 / 1304 - Centro - Rio de Janeiro - (21) 2221-2209  
Apresentado hoje, protocolado e registrado em mídia ótica sob o No. **1887332**  
Rio de Janeiro, 28/09/2016  
CYNTHIA CAMERINI MAGALHÃES  
02102626725  
SELO: EBT147721 ALEATORIO: CIB  
Consulte a validade do selo em: <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>





## Anexo I

### Modelo de Aditamento à Escritura de Emissão

[●] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.184, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 08.439.659/0001-50, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.300.335.81-3, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

**CPFL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjunto 142, Vila Olímpia, CEP 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.429.144/0001-93, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.186.133, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Fiadora"); e

e, de outro lado:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures da Primeira Série ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série ("Debenturistas da Segunda Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas", nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário") e, em conjunto com Emissora e com a Fiadora, "Partes").

### CONSIDERANDO QUE

(i) a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário celebraram em 15 de setembro de 2016, o "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CPFL Energias Renováveis S.A.", a qual foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº [●], em [●]; ("Escritura de Emissão");

(ii) a 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) foi aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora na reunião realizada em 15 de setembro de 2016 ("RCA"), a qual foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº [●], em [●]; e



(iii) as Partes desejam aditar a Escritura de Emissão para inclusão da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série e das outras disposições aplicáveis.

**RESOLVEM** as Partes, por meio deste e na melhor forma de direito, firmar o presente “[●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CPFL Energias Renováveis S.A.” (“Aditamento”), mediante as seguintes cláusulas e condições.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula que não sejam expressamente definidos no presente Aditamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão.

## CLÁUSULA I ALTERAÇÕES

1.1. As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.2.2 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.2.2. Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da Segunda Série será [●] (“Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série, “Datas de Emissão”).”*

1.2. As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.7.2 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.7.2. Prazo de Vigência e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série, vencendo-se, portanto, em [●] (“Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, “Datas de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas nesta Escritura de Emissão.”*

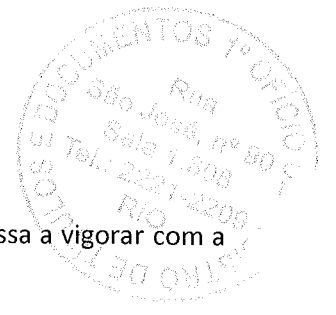
1.3. As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.8.2 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.8.2. Amortização das Debêntures da Segunda Série. A amortização será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, nas datas e percentuais assim definidos, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série:*

<i>Data</i>	<i>Percentual sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série</i>
[●]	20,0000%
[●]	30,0000%
<i>Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série</i>	<i>saldo do Valor Nominal Unitário</i>







1.4. As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.9.7.2 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"4.9.7.2. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série, sendo o primeiro pagamento em [●] e os restantes no dia [●] dos meses de [●] e [●] subsequentes, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado, a amortização antecipada ou o vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme previstos nesta Escritura de Emissão, se for o caso)."*

1.5. As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.12.4.2 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"4.12.4.2. Valor da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série. O valor da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a respectiva primeira Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio *flat*, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, correspondente aos percentuais abaixo ("Prêmio das Debêntures da Segunda Série"):*

<b>Período (a partir da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série)</b>	<b>Percentual do Prêmio das Debêntures da Segunda Série (sobre o saldo devedor a ser resgatado ou amortizado)</b>
da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série, inclusive, a [●], inclusive	1,15%
de [●], inclusive, a [●], inclusive	1,10%
de [●], inclusive, a [●], inclusive	1,05%
de [●], inclusive, a [●], inclusive	1,00%
de [●], inclusive, a [●], inclusive	0,95%
de [●], inclusive, a [●], inclusive	0,90%
de [●], inclusive, a [●], inclusive	0,85%
de [●], inclusive, a [●], inclusive	0,70%
de [●], inclusive, a [●], inclusive	0,55%
de [●], inclusive, a [●], inclusive	0,40%
de [●], inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, exclusive	0,25%

"



1.6. As Partes resolvem excluir a Cláusula 4.11.1 da Escritura de Emissão, renumerando as cláusulas subsequentes.

## CLÁUSULA II DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tenham sido expressamente alterados por este Aditamento são, neste ato, ratificados e permanecem em pleno efeito e vigor. Em decorrência das alterações realizadas neste Aditamento, as Partes resolvem alterar e consolidar a Escritura de Emissão, que passa a vigorar conforme versão anexa a este Aditamento como seu **Anexo I**.

2.2. O presente Aditamento será registrado na JUCESP, nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Este Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

2.4. As Partes declaram, mútua e expressamente, que este Aditamento foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

2.5. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

2.6. As Partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias de Aditamento.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam este Aditamento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, [●] de [●] de [●].

\* \* \*

